

Observatório de egressos(as) de pós-graduação para fomentar impactos dos resultados de pesquisas

Ana Maria Netto Machado
Universidade do Planalto Catarinense

Ridha Ennafaa
Université Paris 8- França

Vanir Peixer Lorenzini
Universidade do Planalto Catarinense

Resumo: Problematizamos resultados parciais de pesquisa-observatório, com foco na distância-aproximação entre comunidade científica e mundo do trabalho. Egressos(as) da pós-graduação (PG), mestres e doutores(as) são potenciais protagonistas nessa interface. Verificamos que titulados(as) melhoram suas condições de vida, mas há pouco aproveitamento dos resultados das suas teses e dissertações no espaço de trabalho e baixa contribuição para a sociedade, caracterizando desperdício de recursos públicos. Discute-se os limites da noção de impacto da pesquisa, centrada em publicações.

Palavras-chave: Pós-graduação. Mestres e Doutores. Egressos. Comunidade Científica. Políticas científicas.

Masters and doctors observatory to promote the impacts of research results

We present partial results of a research-observatory, focusing on the distance/ approximation between scientific community and world of work. Masters and PhD graduates are potential protagonists in this interface. We found they improve their life conditions, but they are not often able to improve applications of thesis results in their job and low contribution to society, characterizing waste of public resources. We discuss the limits of the notion of research impact, centered in publications.

Keywords: Postgraduate studies, Masters and Doctors, Scientific Community, Scientific Policies.

Observatorio de egresados(as) de posgrado para promover impactos de resultados de investigaciones

Problematizamos resultados de investigación-observatorio, con foco en la distancia/ aproximación entre la comunidad científica y mundo del trabajo. Egresados(as) de posgrado (PG), maestros(as) y doctores(as) son potenciales protagonistas en esta interface. Verificamos que los diplomados(as) mejoran sus condiciones de vida, pero hay poco aprovechamiento de los resultados de sus investigaciones en su trabajo y baja contribución para la sociedad, caracterizando desperdicio de recursos públicos. Se discuten los límites de la noción de impacto de las investigaciones, centrada en publicaciones.

Palabras clave: Posgrado. Maestros y Doctores. Diplomados. Comunidad Científica. Políticas científicas.

Observatoire du diplômé de posgrade pour stimuler l'impact des résultats de recherches

Nous avons problématisé des résultats partiels d'une recherche-observatoire sur les diplômés de master et doctorat, en mettant l'accent sur la "distance/aproximation" entre la communauté scientifique et le monde du travail. Ces diplômés sont les protagonistes potentiels dans cette interface. Nous avons vérifié que les diplômés améliorent leurs conditions de vie et professionnelles, mais peu d'entre eux mettent au profit de la société les résultats de leurs recherches (thèses), à partir de leur poste de travail ; c'est une faible contribution à la société. Cela caractérise un gaspillage des ressources publiques. Ainsi, on a pu examiner les limites de la notion de l'impact de la recherche centrée sur les publications ou papers.

Mots-clés: *Diplômés de troisième cycle. Masters. Docteurs. Diplômés. Communauté scientifique. Politiques scientifiques.*

O (a) egresso(a) de Mestrado-Doutorado nas Políticas de Pós-graduação: mundo acadêmico e sociedade

No contexto da expansão da pós-graduação ocorrido no Brasil nas três últimas décadas, o segmento da população com titulação de mestre e doutor, que anteriormente praticamente não existia em nosso país, pelo menos dobrou. De 2001 a 2010, a quantidade de titulados por ano no Brasil passou de 26 mil para cerca de 53 mil (Brasil-Capes, 2011).

Considera-se estratégica para o país a formação de mestres e doutores. Aposta-se em que a ciência, ao gerar inovação, proporciona crescimento econômico, que seria condição para o desenvolvimento social. Baseadas nesta premissa, metas governamentais brasileiras procuravam assegurar posto nos *rankings* mundiais dos países desenvolvidos, recaindo sobre o sistema de Pós-graduação(e em seus egressos) grande expectativa. Mestres e doutores(as) estariam entre os(as) protagonistas das transformações da sociedade.

Fomentado por diversos ministérios (Educação, Ciência e Tecnologia e outros), a Pós Graduação (PG) vinha sendo cada vez mais central para atingir a ambiciosa meta. Preocupa, entretanto, o destino do(a) novo(a) mestre ou doutor(a) após a titulação, sobretudo com relação à inserção em espaços laborais onde haja interesse nos resultados de suas investigações, de modo que possam ser aproveitados. A pergunta cabe quando focamos espaços e tempos do mundo do trabalho no qual os egressos poderão inserir-se. É interessante constatar, por depoimentos manifestos em seminário¹ organizado para discutir o papel dos egressos da PG na sociedade, que os pós-graduandos raramente se fazem tal pergunta. A dinâmica do mundo acadêmico captura suas atenções, restando poucas ocasiões para questionamentos sobre o futuro. Mestrandos e doutorandos, via de regra, participam de um cotidiano acelerado, com grande dinamismo, uma nova vida que implica incorporar-se ou incluir-se na comunidade científica, com ênfase em fazer publicações.

Ao não se pensar-debater estas questões durante os cursos de PG, a consciência sobre os problemas que poderão ser enfrentados no futuro mostra-se, do ponto de vista que vimos abordando, bastante restrita. O esforço por manter-se no circuito acadêmico-científico não deixa tempo-espaço para preocupações relativas à carreira e, sobretudo, às responsabilidades do pesquisador para com a sociedade.

1 II Seminário conhecimento par ao bem comum: o protagonismo dos egressos da Pós-graduação: www.egressosseminariolages.com.br

Bourdieu (2011) tece explicação para esse fato em *O homo academicus*. Ele afirma que os jovens doutores se inclinam a publicar, buscar financiamentos, desejam trabalhar em laboratórios por uma razão principal: a falta de consciência de que eles poderiam ser valorizados em outros campos sociais, além do universo especificamente dedicado à pesquisa. Os possíveis empregadores de outros segmentos que não o acadêmico (empresas, organizações, instituições, organizações não governamentais – ONGs) tampouco parecem muito preparadas para acolher este tipo de profissional que, em geral, já tem uma profissão antes do mestrado ou doutorado. O *plus* que pode oferecer um titulado com mestrado ou doutorado deveria ser valorizado, mas não é raro que traga problemas para a inserção do recém-mestre/recém-doutor(a), ou para a sua progressão de carreira.

Mesmo formulada na França, a explicação de Bourdieu (2012) parece válida para o Brasil, onde mestres e doutores à espera de trabalho constitui um fenômeno recente, coloca problemas, pela escassa consciência dos possíveis empregadores sobre as possibilidades de um profissional capaz de pesquisar.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), como órgão que fomenta e avalia a PG, vem gradativamente incorporando, entre os quesitos relevantes para a excelência dos PPGs, elementos sobre o destino dos egressos do sistema. Afinal, caso eles não consigam posto de trabalho que permita aproveitar sua produção-formação estaria caracterizado desperdício de recursos. São anos de estudo, de trabalho intelectual e dedicação, de energia dispendidos em pesquisas, muitas vezes com resultados importantes que poderiam contribuir com a qualificação dos serviços e produtos oferecidos ou desenvolvidos na sociedade.

Pesquisas nacionais e estrangeiras (Varela, 2009) tem mostrado que muitos mestres e doutores(as) trabalham, após a obtenção do respectivo título, em espaços inadequados para o aproveitamento ou implementação dos resultados obtidos em suas pesquisas. A relevância desta problemática já dá sinais de ser reconhecida pelas agências de controle, avaliação e fomento dos programas de Pós-graduação. Há orientações recentes da Capes no sentido de que os PPGs criem sistemas de acompanhamento de egressos pelo menos durante os dois anos seguintes à titulação.

Nossa investigação alerta para a necessidade de aproveitar os resultados das teses e dissertações. A ideia de transferência de conhecimentos e tecnologia do meio científico para a indústria é previsto, incentivado-fomentado cada vez mais pelos editais das agências de fomento à pesquisa (Moraes; Lemos; Machado, 2011) (CNPq, Finep, Capes, entre outras). Contudo, é preciso observar que as áreas das Ciências Humanas são resistentes com relação ao fortalecimento das relações da universidade com os setores produtivos, sobretudo porque estes são vistos, em uma visão bastante

reducionista, como sendo exclusivamente as indústrias de grande porte. Entretanto, setores produtivos também incluem, entre outros, a agricultura familiar, a pesca artesanal, setores que são responsáveis pela maior parcela da produção de alimentos para o ser humano no mundo inteiro. (Avendaño, 2005)

Inclusive, esta resistência à aproximação entre mundo do trabalho e universidade, no seu nível de pós-graduação *stricto sensu*, e revelou-se fortemente, na área da Educação, quando do lançamento pela Capes dos mestrados profissionais. A defesa da autonomia da universidade e da sua característica acadêmico-científica, associada a uma visão purista e tradicional da ciência, ancorada na clássica versão da pesquisa pela pesquisa e na visão não utilitarista da ciência (Fichte, 1999; Teixeira, 2007) está por trás dessa resistência. Neste ponto faz-se necessária uma problematização, na medida em que se espera que a ciência seja capaz de contribuir para o combate dos grandes problemas que afetam a vida humana no planeta. Contemporaneamente, parece difícil conceber a ciência como desprovida de interesse para o funcionamento das sociedades humanas (CHARLE; VERGER, 2012). A sociedade não pode prescindir do conhecimento gerado pelas diferentes áreas da ciência, que são, em boa parte, gerados no contexto dos PPGs.

Esse contingente de mestres e doutores formados anualmente tem sua relevância para o país, mas tal importância será otimizada na medida em que os resultados de suas pesquisas tiverem algum destino, para além das publicações, para além do circuito acadêmico-científico. É o que discutimos no tópico seguinte.

Ciência para quê/quem? Crescimento econômico e desenvolvimento social ou publicações?

Acreditamos na ciência para o progresso há bem mais de um século! Entretanto, diversos tipos de questionamento e críticas vêm sendo feitos por pesquisadores a esta lógica considerada linear e reducionista, que entende que um país com ciência ativa, muitos pesquisadores investigando, transferência e aplicação de conhecimentos geram inovação tecnológica e, como consequência segura, crescimento econômico seguido de desenvolvimento social. Este raciocínio é considerado por muitos analistas como falacioso, uma vez que pode haver aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de um país, sem que necessariamente o desenvolvimento social decorra. Essa tese é exemplarmente trabalhada por André Gorz (2013). Tomamos aqui alguns de seus argumentos a partir de uma entrevista concedida aos Cadernos IHU Ideias:

[...] nada garante que o crescimento do PIB aumenta a disponibilidade de produtos que a população necessita. Efetivamente, este crescimento responde, em primeiro lugar, à necessidade do capital e não às necessidades da população. Ele cria, muitas vezes, mais pobres e mais pobreza, favorecendo a minoria em detrimento da maioria, deteriorando a qualidade de vida e do meio ambiente em lugar de melhorá-la. (Gorz, 2005, p. 2)

Ciência avançada, inovação tecnológica impulsionam o crescimento do PIB. Porém, não há garantias de que tal crescimento se transforme em melhorias da qualidade de vida das populações. Ao titular mestres e doutores(as) a PG está tratando de fomentar a primeira parte desta afirmação. Entretanto, quem se ocupa da segunda? Em um PPG titulamos mestres e doutores(as), mas pouco debatemos sobre o destino de nossos egressos. Como se o futuro fosse um problema exclusivamente pessoal, de cada um.

Enquanto integrantes de PPGs, preocupamo-nos, em primeiro lugar, em responder à avaliação da Capes, em aumentar a nota do PPG onde atuamos, em produzir *papers* e publicá-los nas revistas bem classificadas no sistema Qualis de avaliação de periódicos, em cumprir prazos e obter financiamentos. Titulamos o número esperado de mestres e/ou doutores(as) e concluímos a tarefa. Confiamos que o titulado, após defendida a tese ou dissertação, desenvolverá um trabalho qualificado onde se inserir. Supomos que ele ou ela saberão o que fazer, mas tal expectativa não está sustentada em pesquisa.

Os dispositivos da Capes para avaliar cursos e formações parecem estar demasiado autocentrados (assentados no próprio sistema), caracterizando um circuito endógeno; avalia-se a formação até a defesa, mas não o seu impacto quando os novos mestres ou doutores(as) perdem o vínculo com o PPG. O sistema de acompanhamento de PPGs e avaliação implementado pela Capes envolve plataformas tecnológicas complexas e ação de comissões formadas por 'pares', bem como procedimentos de custo elevado. Contudo, apesar da sofisticação dos dispositivos implementados pela Capes (com suas recorrentes falhas que são de conhecimento dos pares da PG, pensemos na Plataforma Sucupira e suas inconsistências), os tempos e espaços pós defesa de tese ou dissertação, ou seja, a trajetória profissional dos egressos da PG é ainda pouco acompanhada e pouco conhecida. Encerrado o período de formação, de dois ou quatro anos respectivamente, pouco se sabe sobre o sucesso ou fracasso do(a) titulado(a), sobre as dificuldades e conquistas dos egressos da PG. Este desconhecimento implica também em ignorar o impacto dos investimentos do país na formação de mestres e doutores(as). Impacto que, por sinal, tem seu peso de avaliação concentrado nas publicações, na chamada bibliometria, que por sinal vem crescentemente sendo criticada pelos próprios pares.

Consta nas estatísticas o aumento do número de mestres e doutores, mas, não sabemos se continuam pesquisando nem quem aproveita os resultados de suas pesquisas, do trabalho dos pesquisadores. É possível que esses resultados permaneçam no circuito exclusivamente acadêmico-científico. Nesse caso, poderíamos considerar que há desperdício.

São questões que precisam de reflexão e também de debates durante a própria formação. Sem tais discussões, que envolvem a responsabilidade e o papel social do trabalhador pesquisador (Machado; Bianchetti, 2011), temos poucas chances de atender as demandas sociais, já que se espera da ciência a potência de contribuir para melhorar a vida das populações.

A avaliação da PG vem sendo sistematicamente questionada em vários aspectos, dentre os quais se destacam: critérios iguais para PPGs instalados em contextos culturais e econômicos muito diversos; impacto e qualidade da produção medida prioritariamente pela classificação dos periódicos (se internacional ou em inglês têm maior valor). Nesse contexto, cabe refletir, se uma pesquisa educacional realizada em um dos mais de cinco mil municípios brasileiros, publicada em um periódico britânico, em língua inglesa, teria mais interesse para estrangeiros ou para a localidade onde os dados foram originados. Podemos levantar a hipótese de que a comunidade local perderia acesso a tais resultados que se referem à sua realidade. Uma tal situação põe em dúvida a internacionalização das publicações como critério de excelência acadêmico-científica. Entretanto, é o que vigora. É bem possível que a publicação em um livro ou caderno distribuído nas bibliotecas escolares locais/regionais favorecesse o acesso aos resultados de pesquisa por quem precisa deles de maneira mais imediata, para promover mudanças e melhorias.

Destas considerações depreendemos que a noção de impacto das pesquisas requer ser redimensionada, pois os resultados precisam ser aproveitados onde se tornem úteis para transformar o que precisa ser transformado na realidade. As publicações nos veículos melhor avaliados no sistema Qualis rendem atualmente melhor pontuação para os PPGs na avaliação da Capes. Contudo, não sabemos se contribuem efetivamente na resolução de problemas da sociedade ou das populações.

Setores empresariais de algumas áreas altamente competitivas, especialmente naquelas que envolvem a grande indústria (farmacêutica, agropecuária, tecnológica de ponta, automobilística, telecomunicações, entre outras), globalizada e submetida a interesses de mercado de grande monta estão atentos aos resultados recentes de pesquisa. Nesses casos, quanto mais rápido for conhecido um resultado por pesquisadores distantes, a função cumulativa da ciência será, teoricamente, impulsionada. Em áreas como a medicina, biomedicina, por exemplo, a difusão ampla

permitirá que mais rapidamente um grande laboratório produza um medicamento ou um equipamento e o comercialize auferindo lucros. Provavelmente ou supostamente em benefício da saúde humana.

Ciência para o bem comum: a importância de pensá-lo na Pós-graduação

É preciso não se iludir, no entanto, pensando que circuito científico funciona para o bem comum da humanidade, pois sabemos que as inovações são patenteadas e reservados os direitos sobre os produtos delas derivadas, que são disponibilizados apenas para aqueles que podem pagar por eles., o que pode caracterizar a privatização dos resultados da pesquisa científica. Porém, ao não discutir estas questões durante a formação, a consciência dos pesquisadores a respeito desse tema não se instala. O acaparamento ou privatização da ciência está presente contemporaneamente e se constitui em grave problema escassamente discutido em nossos PPGs. Na sequência da privatização de recursos naturais como a água, terras e florestas às quais assistimos, inclusive na grande mídia e redes sociais, o apoderamento das descobertas científicas, isto é, dos resultados do trabalho dos(as) pesquisadores(as) precisa ser discutido, senão combatido. Por isso, a conscientização dos pesquisadores em formação, a respeito destas problemáticas, precisa ser introduzida e/ou intensificada. Consideramos que caberia à própria Capes introduzir essas questões, desde já, nos seus critérios de avaliação e mobilizações indutivas nos PPGs. Significa sair da visão endógena para avaliar as relações dos PPGs com os diferentes segmentos da sociedade, seus redutos de poder e também com relação às forças transnacionais.

Embora pese desde há séculos sobre a ciência a expectativa de contribuição com a melhoria da vida das populações do mundo, de fato não é isso o que verificamos na atualidade. A discussão sobre a quem deve beneficiar a ciência, que em grande proporção é financiada por dinheiro público, ao menos no Brasil, ainda é insipiente e pouco difundida. Entender a ciência como bem público ou, então, como devendo obrigatoriamente servir ao bem comum, raramente se apresenta nas pautas de congressos e, menos ainda, nas disciplinas da formação de mestres e doutores(as).

Difundir em tais contextos o compromisso da ciência e do(a) cientista com o bem comum (se há benefícios gerados pela atividade científica, estes devem beneficiar a todos) é urgente. Ou, ainda melhor, seria falar no compromisso da ciência com a vida, já que contribuir para o bem de todos os humanos, em detrimento de outras

formas de vida, a longo prazo, repercute como prejuízo também para estes, como já se tem abundante consciência, com as catástrofes ambientais que assolam o planeta na última década especialmente.

Levar em conta o que Otto Scharmer (2012) designa como “futuro emergente” na sua Teoria U parece importante no contexto da ciência e da pós-graduação, quando pensamos no impacto da pesquisa e do trabalho dos pesquisadores. É possível, considera este autor, identificar para onde estamos caminhando, o futuro que está emergindo, as implicações e consequências das formas de pensar e agir presentes, num futuro de curta duração. Este raciocínio pode ser aplicado ao caso das avaliações que pouco se voltam para o que está emergindo como consequência das práticas em curso: desconhecer, por exemplo, a realidade dos egressos da PG, a conexão ou desconexão entre o resultado de suas pesquisas e a sua atividade profissional. Também desconhecer o quanto o cotidiano do pesquisador, no contexto do produtivismo acadêmico, é prejudicial à saúde humana. (De Meis, 2014; Bianchetti e Machado, 2009)

Entre a obtenção do título de mestre ou doutor(a) e a possibilidade de utilizar os conhecimentos para gerar as transformações concretas indicadas como necessárias ou desejáveis nas pesquisas, há um espaço vazio, um hiato, não apenas sem cobertura, sem orientação, mas também com poucos estudos e escassa reflexão, por isso mesmo difícil de ser transposto.

O incremento quantitativo de publicações e a ocupação de espaço pelo Brasil nos *rankings* internacionais de produção de *papers* não são sinônimo, necessariamente, de impacto na sociedade, sobretudo se esperamos que as contribuições da ciência e do trabalho dos(as) cientistas contribua para o bem comum e para a vida. Assim como a ampla circulação de resultados de pesquisa no circuito acadêmico-científico não implica necessariamente em incidência nos setores da sociedade. A comunidade científica é um universo bastante fechado com sua própria cultura e práticas sofisticadas e poderia merecer a adjetivação de endógena sem grandes restrições.

O egresso do *stricto sensu*, concluiu Varela (2011) em sua investigação, habita dois mundos distintos e ainda distantes em nosso país: a comunidade científica e o mundo do trabalho. Embora a Capes estimule e tente induzir a criação de pontes entre essas duas importantes esferas da vida social, a tradição acadêmica das universidades mostra pouca vocação para vincular-se a setores produtivos. A recíproca é também verdadeira, com exceção das indústrias e empresas de ponta, cuja competitividade está na dependência das inovações tecnológicas, que, por sua vez, dependem da pesquisa científica. Nestes casos, as iniciativas e demandas vêm dos setores empresariais e as pressões sobre agências de fomento têm influenciado, inclusive, o

teor dos editais (Santos; Moraes; Lemos; Machado, 2010).

Mencionamos acima que a discussão de fundo é já antiga, aparecendo, tradicionalmente, na polaridade entre ciência pura e ciência aplicada, com tendência à desvalorização da última e preferência pela primeira. Essa tendência perpetua-se atualmente, embora pareça ter menos sentido à medida que a vida cotidiana de todos está permeada por artefatos que derivam dos desenvolvimentos científico-tecnológicos. Nesse contexto, mestres e doutores(as) têm responsabilidade nessa mediação e constituem-se em atores sociais estratégicos na construção de canais de comunicação e cooperação entre ciência e sociedade.

Contudo, precisamos refletir para além dos clássicos debates éticos e epistemológicos sobre as relações entre ciência e sociedade, pois nos cabe ser porta-vozes, não de uma neutralidade já em descrédito, mas da responsabilidade da ciência para com o bem comum, como dito antes. Isto é, ciência para a melhoria da qualidade de vida humana e do ambiente, bem como da qualificação dos processos de trabalho e sociais.

Parece relevante que os resultados de pesquisas acadêmico-científicas cheguem às mãos e mentes daqueles que detêm as condições e o poder de tomar decisões de interesse público. Porém, os resultados do trabalho dos pesquisadores estão disponíveis, basicamente, no circuito acadêmico-científico (em congressos e publicações), mas não necessariamente despertam interesse dos setores produtivos ou dos segmentos sociais do mundo do trabalho.

Outro obstáculo refere-se à linguagem especializada empregada nas teses, dissertações e publicações científicas e o próprio aprofundamento e detalhamento que lhes é característico. Os jargões disciplinares, as exigências teórico-metodológicas, a extensão dos trabalhos é incompatível com os tempos do mundo do trabalho, onde gestores e lideranças precisam tomar decisões rápidas e não dispõem de tempo para estudo, para leitura de relatórios e textos complexos que requerem assessoramento ou orientação para se chegar às conclusões aplicáveis no espaço profissional. Mediações e mediadores entre esses dois mundos faltam e os(as) próprios(as) egressos(as) da PG podem não ter consciência destas questões, por não serem tratadas durante a formação. Provavelmente eles(as) próprios(as) poderiam facilitar essa mediação se tivessem consciência dos entraves existentes entre esses dois mundos tão diferentes, mas que precisam um do outro.

No caso de mestres e doutores(as), a formação da PG prepara predominantemente para atuar no próprio sistema, e pouca atenção é dada para a inserção em espaços diversificados (instituições ou organizações) que requerem profissionais qualificados, mas não foram nem estão preparadas para receber esse perfil de trabalhador(as),

que pauta suas ações na pesquisa. As expectativas do(a) próprio(a) egresso(a) e da instituição que o acolhe, em geral, não convergem (Alves, 2008). Há um descompasso constatado tanto pelos egressos da PG como pelas empresas ou outras organizações que, com frequência, consideram o (a) egresso(a) da PG muito teórico e pouco prático. O diálogo não é de fácil mediação. Isto se verifica, inclusive, quando as instituições são universidades, (Alves, 2008).

Apesar dos descompassos assinalados, cada vez mais o Brasil ganha visibilidade global como produtor de ciência e tecnologia e o (a) pesquisador(a) já caracteriza uma nova categoria de trabalhador(a) que, entretanto, não conta com reconhecimento de sua especificidade.

É no contexto dessas reflexões que urge mapear as instituições que formam esses(as) egressos(as) (etapa 1 da pesquisa), saber quantos são, onde estão trabalhando e se estão utilizando os resultados de suas pesquisas no exercício da profissão. São etapas da pesquisa em curso, da qual este trabalho relatou a problemática, apresentando um início do mapeamento dos Programas de Santa Catarina.

Observatório de egressos: resultados preliminares

A pesquisa² a partir da qual desenvolvemos este artigo realizou um mapeamento que envolveu a articulação de técnicas quantitativas e qualitativas na análise dos dados, integrando múltiplas estratégias de investigação (ENNAFAA, 2008; AGULHON, ENNAFAA, 2016) e captura de informações junto a plataformas de acesso público *on-line*: Sistema de Informações Georreferenciadas (GeoCapes), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e *sites* dos Programas de Pós-graduação, entre outros. Desse material, apresentamos, neste trabalho, apenas alguns detalhes: um mapa e um gráfico. Estes se destinam a evidenciar a cobertura da oferta de pós-graduação no estado de SC, tais como localização, interiorização, distribuição no território, a fim de contextualizar a discussão até aqui realizada. Trata-se de chamar a atenção para a importância do lugar onde se pesquisa (MACHADO; SANTOS, 2016), logo, do território em que estão instalados os PPGs, para pensar uma noção de impacto que não se restrinja às publicações.

A localização dos PPGs no território tem interesse para a compreensão da problemática em pauta. Onde os mestres e doutores se formam repercute em como se formam.

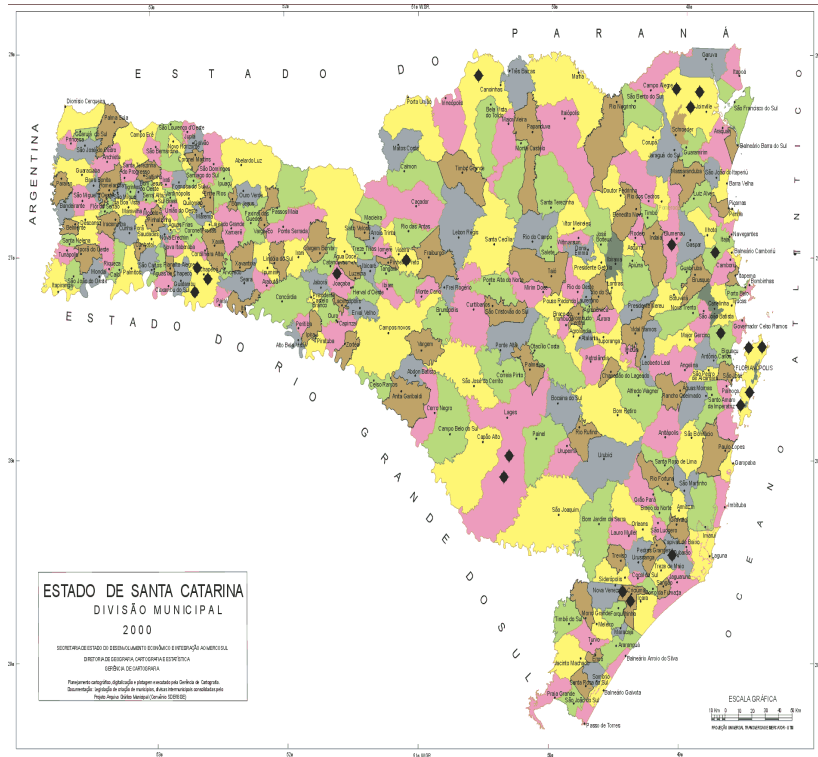
2 Um resultado parciais da pesquisa Observatório do egresso de Pós-graduação em Santa Catarina, financiada pela FAPESC, foi a plataforma OVEGRESSOS. Nela o interessado encontrará outros dados e possibilidades de busca: www.ovegressos.com.br.

Onde irão atuar, como mestres ou doutores, é uma incógnita para aqueles que não contam com uma liberação do posto de trabalho para cursar o mestrado ou doutorado. Por um lado, estamos sugerindo que a condição geográfica envolve culturas que podem ser muito diferentes, com problemas que demandam pesquisas e requerem resultados capazes de responder às realidades locais. Por outro lado, a cultura acadêmico-científica mantém alguns padrões próprios, praticamente considerados universais. Um deles, que aqui nos interessa, é o de considerar que a qualidade das pesquisas e seu impacto podem ser medidos basicamente por publicações, que nem sempre são acessíveis ou acessáveis por aqueles que poderiam se beneficiar com seus resultados. Em seguida, podemos apreciar o retrato de SC no que se refere à PG.

Em 2012, funcionavam, em Santa Catarina, 206 cursos de Pós-graduação entre mestrados(as) e doutorados(as) oferecidos por 15 instituições, dentre as quais 12 delas são universidades, uma é uma faculdade e dois são institutos. Desse número, uma instituição é pública federal (UFSC, com mais de 50% dos PPGs catarinenses), outra é estadual (Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC), duas são consideradas municipais na classificação empregada no GeoCapes (Universidade Regional de Blumenau - FURB e Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC). As demais que mantêm PPGs são comunitárias. No sistema GeoCapes constam como particulares, mas de fato são públicas e, recentemente, foram reconhecidas como comunitárias pelo Ministério da Educação (MEC), fazendo justiça à distinção com relação às instituições particulares que visam lucro. Há, entretanto, um processo de migração da tutela do Conselho Estadual de Educação Santa Catarina (CEE/SC) para o Conselho Nacional de Educação (CNE), a fim de efetivar tal reconhecimento. No caso de SC, nem todas as universidades realizaram tal migração até o momento.

No mapa abaixo, visualizamos a localização desses PPGs e temos ideia da cobertura de cursos no estado de SC até 2012, percebendo-se que a distribuição está desequilibrada, havendo uma intensa concentração de oferta na capital e no litoral.

Figura 1: Municípios com Universidades que mantêm PPGs (2012)

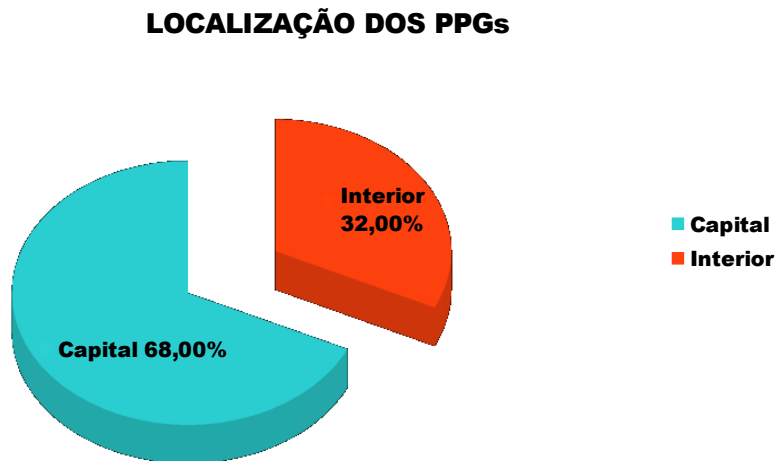


Fonte:Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa

O mapa mostra que eram doze os municípios a oferecer cursos de PG em Santa Catarina, totalizando treze universidades (2012). Duas delas, justamente as públicas (federal e estadual), têm suas sedes na capital Florianópolis. Ambas têm campi em outros municípios, sendo que somente a UDESC oferecia cursos de PG fora de sede: em Lages, por exemplo, a UDESC mantinha cinco mestrados e dois doutorados nas áreas de Ciências Agrárias. A distribuição mostrava-se pouco equilibrada, seguindo tendência nacional: concentração nas capitais. É importante considerar que a oferta de cursos de mestrado e doutorado em determinada região ou município não corresponde necessariamente ao atendimento à demanda do local. Os programas instalados em universidades públicas de capitais (e inclusive no interior, é o caso do Centro Agroveterinário da UDESC, mencionado acima) recebem estudantes que podem vir de outros municípios, outros estados ou até estrangeiros. Os PPGs de municípios do interior, instalados em universidades não públicas costumam atender as demandas de formação/titulação regionais ou de proximidade represadas. Também tendem a desenvolver pesquisas de interesse regional.

O gráfico abaixo mostra como estão distribuídos em termos percentuais os PPGs, tomando como referência a polarização capital X interior. Nele fica ainda mais clara a concentração de PPGs.

Fig. 2: Percentual de cursos de PG em SC: capital X interior



Fonte: GeoCapes(2013)

É interessante confrontar estes percentuais com a população do estado de SC, que chegou em 2016 à marca de 6.910.553 habitantes (IBGE, 2016), enquanto a capital, Florianópolis, tem 477.798 habitantes (IBGE). Enquanto a capital tem 6,91 % da população do estado todo, ela dispõe de 68% de PPGs. É oportuno sinalizar aqui uma das conclusões da pesquisa de doutorado de Alves (2008), que pesquisou a inserção de recém-doutores egressos da UFSC em universidades emergentes. Seu trabalho mostrou que muitos doutores inseridos em universidades de pequeno porte, em geral no interior, tiveram dificuldades de permanecer nos postos de trabalho conquistados por não encontrar nesse novo espaço condições semelhantes às que conheceram durante a formação doutoral, com laboratórios instalados, dinâmicas em curso, editais, recursos etc. No caso, eles não estavam preparados para trabalhar na implementação das condições para pesquisa, que eram as demandas principais que receberam. Tratava-se de universidades que iniciavam seu processo de verticalização institucional, buscando transformar seu perfil de ensino para o de uma IES organizada a partir da pesquisa. Este é mais um indício de que os PPGs precisariam debater este tipo de questão durante a formação para que os novos mestres e doutores estivessem preparados para interpretar as demandas de pesquisa de seu entorno.

Para fechar o trabalho e provocar o debate

O caminho percorrido nestas páginas pode ser útil para alertar os pesquisadores sobre a necessidade de se repensar sobre os limites das práticas instaladas e legitimadas na PG brasileira. Sabemos que elas seguem padrões mundiais considerados válidos pela comunidade científica internacional. Porém, os argumentos tecidos ao longo deste texto, buscam evidenciar a necessidade de se pensar o impacto das pesquisas como repercussão social, real. Podemos, inclusive, pensar que faz parte da ética em pesquisa ocupar-se e preocupar-se com os destinos dos resultados que produzimos, não bastando torná-los públicos para toda e qualquer aplicação. Esta questão poderia fazer parte das temáticas que merecem ser debatidas nas comunidades científicas locais.

Afinal, uma agenda pública da ciência permitiria uma participação ativa dos diversos segmentos da sociedade para escolher as prioridades de pesquisa de um país, de um estado, de um município, de uma comunidade. Na medida que pesquisa requer financiamento, parece justo entender que a ciência é um bem público, ou talvez, mais do que isso, um bem comum, isto é, ela é de interesse de todos na medida em que ela pode produzir conhecimento capaz de transformar a vida das pessoas em quase todas suas dimensões.

Praticar a formação pós-graduada, entendendo-a como um circuito que se fecha sobre si mesmo, seria admitir que ela padece da chamada endogenia. A pesquisa se alimenta dos problemas da sociedade e é de sua responsabilidade produzir conhecimentos que permitam compreendê-los para viabilizar, em um segundo momento, soluções.

A cultura e tradições dos povos fazem parte dos territórios. Os PPGs não se instalam num espaço científico desconectado do seu entorno geopolítico. Eles têm, por isso, a responsabilidade de pensar a ciência, de alguma forma, como conectada com as demandas locais, que são as que proporcionam os problemas de pesquisa. Seria desejável também que essas reflexões fossem discutidas nas instâncias que regulam o sistema de Pós-graduação, de modo a alargar o circuito da ciência, ou abri-lo, no sentido de considerar que o resultado do trabalho dos pesquisadores não só pode como deve ser voltado para o bem comum.

Referências

AGULHON, Catherine; ENNAFAA, Ridha. Les étudiants étrangers, des trajectoires spécifiques? In: GIRET, Jean-François; VAN DE VELDE, Cécile; VERLEY, Elise (Orgs.). *Les vies étudiantes - Tendances et inégalités*. Paris: La Documentation Française, coll. Études & Recherches, 2016.

ALVES, Vania Maria. Formação e trabalho de pesquisadores em educação. 2008. (308 f.) Tese.

AVENDAÑO, Pedro. El papel de la pesca de pequeña escala frente a las reglas del comercio internacional. In: Los nuevos mercaderes de la vida como mercancía. Bogotá/Colombia: GLOBAL FOREST COALITION/Censati Agua Viva, 2005. (99-108)

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. *Abússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. "Reféns da produtividade" sobre produção do conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós-graduação. In: *REUNIÃO ANUAL DA ANPEd*, XXX, 2007, Caxambu, Anais, Hotel Glória, (16f.) Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT09-3503-Int.pdf>. Acesso em: 02.09.2009.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. Publicar & Morrer? Análise do impacto das políticas de pesquisa e pós-graduação na constituição do tempo de trabalho dos investigadores. *EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURAS: Políticas e desenvolvimento Curricular no Ensino Superior*. Porto, CIIE, n. 28, pp.53-69, 2009.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Profissionais do Ensino Superior (Capes). Brasil dobra número de mestres e doutores em dez anos. <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011>. Acesso em: 9/06/2011.

BOURDIEU, P. Tradução Ione Valle. *O homo academicus*. Florianópolis: UFSC, 2012.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. *Histoire des universités: XIIIe-XXIesiècle*. Paris: PUF, 2012.

DE MEIS, Leopoldo e outros. The growing competition in Brazilian science: rites of

passage, stress and burnout. *BRAZILIAN JOURNAL OF MEDICAL AND BIOLOGICAL RESEARCH*. Disponível em: <http://www.scielo.br/bjmbr>. Acesso em: 28/06/ 2014.

ENNAFAA, Ridha. *Les étudiants étrangers en France*. Enquête La Documentation Française, 2008.

FICHTE, Johann Gottlieb. *Por uma universidade orgânica*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

GORZ, André. A crise e o êxodo da sociedade salarial. *CADERNOS IHU IDÉIAS*, Ano 3 - N. 31, 2005.

MACHADO, Ana Maria Netto; BIANCHETTI, Lucídio. A (des)fetichização do produtivismo acadêmico. *REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS*, São Paulo, FGV, v. 51(3) 244-254, maio-junho, 2011

MACHADO, Ana Maria Netto; SANTOS, Vanice. "Penso onde sou": conhecimentos pertinentes para a Educação na América Latina (Apresentação). In: I congresso internacional "penso onde sou": conhecimentos pertinentes para a educação, 2016, Lages, Anais, São José, SC, 2016. (18-25) Disponível em: <http://edupalauniplac.wixsite.com/meusite/palestrantes-convidados> . 2016

SANTOS, Catarina de Almeida; MORAES, Karine Nunes de; LEMOS, Jandernaide Resende; MACHADO, Ana Maria Netto. O papel do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (FNDCT) e dos Fundos Setoriais no crescimento da produção de conhecimento no Brasil. *INTERAÇÃO*, Goiânia, UFG, n.1,25-44, jan/jun. 2011.

SANTOS, Tania Steren dos. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. *SOCIOLOGIAS*. Porto Alegre, ano 11, 2009. Disponível no site www.scielo.br Acesso em 20/08/12.

SCHARMER, Otto. *Théorie U: Diriger à partir du futur émergent*. Clermont Ferrand: Pearson/Génération Présence, 2012.

TEIXEIRA, Anísio. A universidade de ontem e de hoje. *REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS*. Rio de Janeiro, v.42, n.95, 27-47, jul./set.1964. Acesso em 13/06/2007

VARELA, Abel. *Desenvolvimento e Formação Superior stricto sensu: o caso dos Mestres Egressos da Uniplac*. 2012. (123 f.) Dissertação.

VELLOSO, Jacques; VELHO, Léa. *Mestrandos e doutorandos no país: trajetórias de formação*. Brasília: Capes, 2001.

Recebido em 13 de novembro de 2015
Aprovado em 3 de março de 2017

Ana Maria Netto Machado é Professora pesquisadora permanente do Programa de Pós-graduação em Educação. Líder da Rede de Egressos (GP do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Integra a Université International Terre Citoyenne (UiTC : www.uitc-org). Em sua trajetória, pesquisou e produziu sobre temas como: escrita e autoria, orientação de teses e dissertações, cultura e políticas de pós-graduação, modelos de universidade, relações entre universidade e sociedade e entre comunidade científica e mundo do trabalho. Email: amcrz79@gmail.com

Ridha Ennafaa é Professor associado à Université Paris 8. Um dos criadores do Observatoire de la vie étudiante da Université Paris 8 (OVE). Especialista em pesquisa e plataformas de acompanhamento de estudantes. Integrante da equipe no projeto de pesquisa financiado pela FAPESC que deu origem ao texto ora submetido. Email: ridhaennafaa@gmail.com

Vanir Peixer Lorenzini é Pedagoga. Mestre em Educação. Responsável pelo acompanhamento e educação permanente dos docentes do curso de medicina da UNIPLAC. Trabalha também com Educação inclusive. integra a Rede de Egressos e a equipe do projeto financiado pela FAPESC do qual resulta este trabalho. Email: vanirlp@gmail.com